

Relatório da Reunião dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **29 e 30 de junho de 2009**

Cidade: **Florianópolis**

Horário: **Dia 29 – 13h até 18h – Auditório da ACI (prédio nos fundos da FECAM)**

Dia 30 – 08h30 até 12h – Auditório da ACI (prédio nos fundos da FECAM)

13h até 18h – TCE

Pauta:

- 1-** Indicação de nomes, eleição e posse da nova diretoria dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais; (Alexandre Alves- FECAM);

Coordenador do Colegiado de Controladores Internos	Alexandre Alves (FECAM)
Vice-coordenador	Marcos Leandro Gomes (AMESC)
Secretário Geral	Edson Luiz Rosa (AMPLANORTE)
1º Secretário	Volnei Luiz dos Santos (AMURES)
2º Secretário	Djalma Morell (AMEOSC)

Coordenador do Colegiado de Contadores	Alexandre Alves (FECAM)
Vice-coordenador	Sirlene Peters (AMUNESC)
Secretário Geral	Jacimar Alexandre Torres (AMREC)
1º Secretário	Cleino Arruda de Souza (AMURES)
2º Secretário	Vanderlei Roberto Picinini (AMAUC)

Estiveram presentes na reunião os representantes das seguintes associações:

AMARP, AMAUC, AMEOSC, AMESC, AMMOC, AMMVI, AMPLANORTE, AMPLASC, AMREC, AMUNESC, AMUREL, AMURES, GRANFPOLIS.

- Abaixo planilha de representantes por Associação.

2- Contabilização das Depreciações; (Gilberto Brasil - GRANFPOLIS);

Exigido pelas NBCP e pelo Tribunal de Contas, e por ter a Decisão do Tribunal referente à contabilização errada, que não apresente a realidade do município, pode rejeitar as contas. Então há preocupação de se fazer corretamente os lançamentos, mas a dificuldade é termos os dados corretos do Patrimônio para poder estar realizando os lançamentos e por ainda não estar decidido de que maneira se farão estes cálculos, se será conforme a tabela da Receita Federal ou teria uma tabela no município.

Na conversa com o TCE, foram apresentadas estas dificuldades ficando para 2009 opcionais os lançamentos e não serão cobrados nas análises das contas.

Mas, desde já é necessário que todos os municípios se preocupem em fazer os levantamentos do seu Patrimônio para estar em acordo com a contabilidade e então dar início aos devidos lançamentos.

Lembrando que com a adoção do novo plano de contas em 2013, será obrigatório.

3- Contabilização das Provisões para férias e 13º salário; (Gilberto Brasil - GRANFPOLIS);

Necessita-se deste lançamento para demonstrar o verdadeiro passivo do município a qualquer tempo, não está decidido ainda se será apenas um lançamento por mês ou será efetuado por centro de custo.

Na conversa com o TCE ficou decidido que não será cobrado para as contas de 2009, mas já devemos nos preparar para fazer corretamente os lançamentos.

4- Contabilização das Provisões da Dívida Ativa; (Gilberto Brasil - GRANFPOLIS);

No manual da Dívida Ativa orienta-se como fazer a provisão da Dívida Ativa. O ideal seria que os setores de tributação se estruturassem para obter um banco de dados atualizado e correto, que nos desse os valores para os lançamentos devidos, como: Receita Lançada, Isenção de Receita, Restituição, Anulação, Inscrição de Dívida Ativa.

Na conversa com o TCE ficou decidido que não será cobrado para as contas de 2009, mas já devemos nos preparar para fazer corretamente os lançamentos.

- 5-** Parecer do Controle Interno sobre a legalidade dos atos de admissão e aposentadoria; (Gilberto - GRANFPOLIS);

Deve ser feito para se verificar a forma de contratação (concurso), o quadro de vagas, verificar o chek-list dos documentos de admissão, é exigido pelo Tribunal de Contas apenas dos efetivos e para atos de aposentadoria, nos municípios que possuem RPPS, mas nada impede que o município faça de todas as admissões.

Deve ser feito e arquivado juntamente com os documentos de admissão.

Na conversa com o TCE, foi dito que os pareceres de aposentadoria devem ser feitos pelo CI, pois eles devem ter consciência efetiva do ato.

Deve ser na forma de acompanhamento. O parecer pode ser em conformidade com a assessoria jurídica de que o ato está legal.

Todos os atos administrativos devem passar pelo CI.

Se no município existir RPPS e nele houver alguém nomeado legalmente como representante do CI da Instituição, ele pode ser o responsável pelo parecer da aposentadoria e da mesma forma com as admissões.

Aposentadorias anteriores a 05/10/1988 não encaminhar para o Tribunal, por invalidez integral também não encaminhar as anteriores a 31/12/2004.

- 6-** Prazo de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, PPA e LOA; (Gilberto Brasil - GRANFPOLIS);

Ficou combinado novamente que o TCE aceitará a data de entrega do PPA, LDO e LOA, que cada município vem seguindo, salientando que a referida data deve estar amparada pela Lei Orgânica Municipal.

O TCE não aceitará alterações de data por Lei Ordinária ou Decreto.

- 7-** Regularidade dos demonstrativos contábeis e prazos de encaminhamento do e-Sfinge; Decisão Normativa 06/2008 (Gilberto Brasil - GRANFPOLIS);

Serão motivos de rejeição de contas:

A contabilidade não refletir a realidade, a não atuação do controle interno e a não entrega no prazo do e-sfinge.

Quanto ao e-sfinge, será analisado cada caso em específico, e cada bimestre será verificado se houve atraso ou não do Tribunal e levado em consideração.

Se em alguma verificação *in loco* for identificada a não atuação do CI, e se os relatórios não forem consistentes ou repetitivos, haverá rejeição das contas.

Na contabilização não será aceita troca de anexos do Balanço tampouco serão aceitas justificativas de problemas com as empresas de informática.

Em casos isolados de envio dos Demonstrativos Contábeis errados, o TCE antes de dar o parecer sobre as contas anuais, vai dar vistas aos municípios para oportunizar a correção.

- 8-** Sfinge - Recebimento de certidão vinculada ao SFINGE

Não será desvinculada a certidão do e-sfinge.

TCE tem 15 dias para a emissão da certidão, então evitar solicitar em cima da hora.

Quando houver problemas na liberação da certidão e não está sendo possível encaminhar o e-sfinge por problemas do TCE, entrar em contato com o Sr. Geraldo, Sra. Sônia e/ou Sr. Salum. A FECAM coloca-se à disposição para auxiliar os municípios neste trâmite.

Dificuldades para alterações do PPA e LDO

Vão ser verificadas as possibilidades de alterações.

Solicitar para que as críticas, após o envio, sejam iguais quando do envio das informações do e-SFINGE

Vão ser analisados os casos de pessoal e licitação para que haja visualização antes da confirmação.

No envio de informações ainda há dificuldades quanto às datas de convênio (aditivo), contrato (aditivo) e empenho

O departamento de licitação do Tribunal também ficou de verificar para corrigir este problema.

9- E-Sfinge 2010 – Haverá alterações, principalmente no que diz respeito a:

Plano de Contas

Demonstrativos

Tabela de Eventos

Tabela de Destinação de Recursos

Tabela de detalhamento de Elementos de Despesa;

Solicitada que todas as alterações para 2010 aconteçam o quanto antes para que as empresas de informática e nós possamos no adequar, e o Tribunal disse que já estão verificando.

A partir de 2010, além do movimento contábil serão solicitados os lançamentos contábeis pelo e-sfinge.

Vai ser vista a possibilidade de diminuição dos detalhamentos do elemento 11, na modalidade 71.

Não será mais necessária a utilização dos detalhamentos dos elementos de despesa.

Foi solicitado ao Tribunal o envio de ofício para a alteração do usuário e senha do controle interno e e-sfinge para os municípios.

Vai ser estudada a possibilidade da sugestão do colegiado de se criar uma entidade à parte para o envio do e-sfinge do RH, separado da contabilidade e compras, e se isso puder ser feito, que seja possível encaminhar toda a carga inicial desta base novamente.

10- Ciclo TCE;

Os representantes dos colegiados manifestaram a insatisfação dos municípios quanto à forma de realização do último ciclo de estudos,

observando que deveria haver oficinas técnicas, como no formato dos anos anteriores.

Vai ser feito um estudo para a elaboração de uma nova estrutura e assuntos específicos.

O representante do ICON reconheceu que a forma anterior é mais produtiva e explanou o desejo do TCE em fazer vídeo-aula nas microrregionais com assuntos específicos, sendo que este ano ainda será realizada a primeira aula-teste.

11- Diário Oficial Eletrônico do TCE:

*Estava ocorrendo a perda de prazos de apresentação de defesa nos casos de **reapreciação ou recurso** de processos contra prefeitos, em virtude dos ofícios de intimação estarem chegando muito depois da publicação dos processos no DOTC-e.*

Para solucionar o problema o TCE definiu que vai passar a publicar os processos no DOTC-e cinco dias após a postagem das cartas de intimação, oferecendo assim tempo hábil para o recebimento do envio por AR.

12- Assuntos Gerais.

- Próxima reunião, em princípio ficou para 24 e 25/08 em Lages, dependendo da pauta.

- Deve ser vista a questão das verbas recebidas para o transporte escolar, se o município está recebendo para o ensino médio e/ou superior, deve ter atenção para verificar se está empenhando nas sub-funções corretas.

- Merenda escolar vem conforme é informado no censo escolar, verificar se o empenhamento está correto.

- Cuidado com os softwares de controle interno, verificar se ele ajuda a fazer um controle atuante, ou se apenas emite um relatório.

PRODEC

- Ter atenção quanto às empresas com promessas de recuperação do e INSS, vincular o contrato com o pagamento, apenas quando houver realmente o retorno.

Florianópolis, 08 de julho de 2009.

ALEXANDRE ALVES

Coordenação dos colegiados de Contadores Públicos
e Controladores Internos Municipais
Assessor Contábil da FECAM

RODRIGO GIACOMO GUESSER

Contador da FECAM

Lista de representação por Associação de Municípios

Associação	Cargo	Contadores Públicos	Controladores Internos
AMAI	Titular		
AMAI	Suplente		
AMARP	Titular	Cristina Klock	Clemir Erdmann
AMARP	Suplente	Elza Rinaldi Coser	Flávia Pelentir
AMAUC	Titular	Vanderlei Roberto Picinini	Vanderlei Roberto Picinini
AMAUC	Suplente	Roberto Kurtz Pereira	Roberto Kurtz Pereira
AMAVI	Titular	Zulnei Luchtenberg	
AMAVI	Suplente		
AMEOSC	Titular		Djalma Morell
AMEOSC	Suplente		
AMERIOS	Titular	Nairo Cezar Morandini	Davi Schewrtz
AMERIOS	Suplente	Janice Martini Muller	Juliano Luiz Bortolanza
AMESC	Titular		Marcos Leandro Gomes
AMESC	Suplente		
AMFRI	Titular		
AMFRI	Suplente		
AMMOC	Titular	Sidney Dalla Vechia	Paulo Berté
AMMOC	Suplente	Vilmar Eujames Caliari	Rejane Durigon
AMMVI	Titular	José Rafael Correa	Vladimir Steiner
AMMVI	Suplente	Susana Raquel Batista Hessmann	Ademor Luiz Machado
AMNONOESTE	Titular		
AMNOROESTE	Suplente		
AMOSC	Titular		
AMOSC	Suplente		
AMPLANORTE	Titular	Morgana Dirschnabel Lessak	Waldemiro Geraldi
AMPLANORTE	Suplente	Edson Luiz Rosa	José Ratoschinski Filho
AMPLASC	Titular	Luciano Angonese	James Aldacio dos Santos
AMPLASC	Suplente	Julio Cezar Rauen	
AMREC	Titular	Jacimar Alexandre Torres	Jacimar Alexandre Torres
AMREC	Suplente	Valberto Berkenbrock	Cesar Michels
AMUNESC	Titular	Sirlene Peters	
AMUNESC	Suplente	Ingrid A. S. Ribeiro	

AMUREL	Titular	Patricia Vieira Martins	Luiz Alberto Moraes Granzotto
AMUREL	Suplente	Luiz Alberto Moraes Granzotto	Patricia Vieira Martins
AMURES	Titular	Cleino Arruda de Souza	Volnei Luiz dos Santos
AMURES	Suplente		Anne Cristina A. Lorenzetti
AMVALI	Titular		
AMVALI	Suplente	Mateus Soeli Silvestrin	Mateus Soeli Silvestrin
FECAM	Coordenador	Alexandre Alves	Alexandre Alves
FECAM	Suplente	Rodrigo Guesser	Rodrigo Guesser
GRANFPOLIS	Titular	Gilberto Brasil	Gilberto Brasil
GRANFPOLIS	Suplente	Luiz Antonio Gerardi	Luiz Antonio Gerardi